



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RÊNIA RAYNNE NOBRE DE MORAIS

**TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: O CASO
DOS MUNICÍPIOS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA E SERRA TALHADA,
SERTÃO DO PAJEÚ-PE**

SERRA TALHADA
2019

RÊNIA RAYNNE NOBRE DE MORAIS

**TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: O CASO
DOS MUNICÍPIOS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA E SERRA TALHADA,
SERTÃO DO PAJEÚ-PE**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientador: Prof. Me. Éder Lira de Souza Leão

SERRA TALHADA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

M827t Morais, Rênia Raynne Nobre de

Transparência governamental e participação cidadã: o caso dos municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada, Sertão do Pajeú-PE / Rênia Raynne Nobre de Morais. – Serra Talhada, 2019.

26 f.: il.

Orientador: Éder Lira de Souza Leão

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2019.

Inclui referências.

1. Administração pública. 2. Participação popular. 3. Administração municipal. I. Leão, Éder Lira de Souza, orient. II. Título.

CDD 330

RÊNIA RAYNNE NOBRE DE MORAIS

**TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: O CASO
DOS MUNICÍPIOS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA E SERRA TALHADA,
SERTÃO DO PAJEÚ-PE**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof. Me. Éder Lira de Souza Leão
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Prof. Me. Luciano Galvão Freire Júnior
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Prof. Me. Filipe Lima Silva
Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UFRPE

Serra Talhada – PE, _____ de _____ de 20__

TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: O CASO DOS MUNICÍPIOS DE AFOGADOS DA INGAZEIRA E SERRA TALHADA, SERTÃO DO PAJEÚ-PE

Rênia Raynne Nobre de Moraes

Éder Lira de Souza Leão

Resumo: A sociedade passou a questionar, de forma mais incisiva, a atuação do governo e como o dinheiro está sendo administrado, principalmente a partir das primeiras décadas do século XXI. Por esse motivo, foi criada a Open Government Partnership (OGP), uma instituição criada a partir de uma iniciativa composta por oito países, que tem por objetivo promover a abertura de dados do Governo e suas instituições e estabelecer uma relação mais próxima com o cidadão através da participação pública. O estudo realizado tem como objetivo entender como funciona o Governo Aberto e como a sociedade pode se beneficiar ao trabalhar em conjunto com a gestão pública. Para alcançar os resultados, foram feitas pesquisas em diversas plataformas digitais, as mesmas foram proporcionadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. O resultado obtido com essa pesquisa mostrou o porquê o município de Serra Talhada ter nota 10 na Escala Brasil Transparente (EBT), enquanto o município de Afogados da Ingazeira obteve a nota 5,5, e como esses resultados refletem na divulgação de dados, na transparência e no nível de participação pública nas duas gestões.

Palavras Chave: Governo Aberto. Participação Cidadã. Desenvolvimento.

Abstract: Society has come to question, more incisively, the performance of the government and how money is being administered, especially from the first decades of the twenty-first century. For this reason, the Open Government Partnership (OGP) was created, an institution created from an initiative composed of eight countries, whose objective is to promote the opening of data of the Government and its institutions and establish a closer relationship with the citizen through public participation. The objective of the study is to understand how Open Government works and how society can benefit by working together with public management. To achieve the results, research was done on several digital platforms, provided by Federal, State and Municipal Governments. The result obtained with this research showed why the county of Serra Talhada had a grade 10 in the Brazilian Transparency Scale (EBT), while the county of Afogados da Ingazeira obtained a grade of 5.5, and how these results reflect in data disclosure, transparency and in the level of participation in both administrations.

Keywords: Open Government. Public Participation. Development.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos as pessoas começaram a se interessar mais em assuntos relacionados a políticas e na forma que os líderes públicos governam. Com isso, é possível afirmar que a democracia passou a ser mais participativa. Isso se dá no contexto em que antes

se via uma parte da população interessada nos assuntos políticos só em período eleitoral e depois, deixando o assunto de lado após o término desse período.

No entanto, esse cenário vem mudando ano após ano, pois a maioria das pessoas começaram a questionar mais as gestões dos governos e políticas. Passaram a se perguntar o que estava sendo feito com o dinheiro dos impostos ou passaram a dar mais importância sobre as políticas desenvolvidas, desde obras públicas até ações sociais. Esse interesse da população leva ao estudo de como a participação pública pode influenciar na construção de novas políticas.

Outro ponto que precisamos considerar é o avanço das tecnologias e legislação que facilitaram a comunicação e contato maior dos cidadãos com a gestão. Desde as próprias redes sociais a criação de aplicativos e páginas na *web* – desenvolvidos tanto pelas instituições públicas como por organizações e grupos privados – que facilitam a consulta e cobrança de informações, de gastos e receitas de recursos financeiros até acompanhamento virtual de vários projetos.

Um marco histórico que demonstra a importância e avanço dessa proximidade entre cidadãos e gestão pública, do aumento do interesse em fazer com que o governo seja mais transparente e participativo, o então presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, publicou um memorando em 21 de janeiro de 2009, intitulado de “Transparency and Open Government”¹ onde ele destaca que,

My Administration is committed to creating an unprecedented level of openness in Government. We will work together to ensure the public trust and establish a system of transparency, public participation, and collaboration. Openness will strengthen our democracy and promote efficiency and effectiveness in Government.

O então presidente acreditava que, ao promover um governo mais aberto, ou seja, um governo transparente, com prestação de contas, com o incentivo da participação pública e a colaboração entre governo e população, faria com que a democracia fosse fortalecida, promovendo a eficiência e a eficácia do governo.

Em 2009 o governo americano deu o pontapé inicial na promoção do governo aberto. Porém, foi apenas em 20 de setembro de 2011 que surgiu a “Parceria para Governo Aberto” também conhecida por “Open Government Partnership²”. Onde oito países se juntaram para

¹ Transparência e Governo Aberto

² Seguindo o princípio da adesão de novas tecnologias do governo aberto que inclui o fácil acesso às informações, a Open Government Partnership, possui um site principal que contém todas as informações da iniciativa, bem como a atual lista de membros participantes e diversas outras informações. Além do site principal, a iniciativa conta com a participação nas redes sociais com uma página no Facebook e no Twitter

criar essa parceria, sendo eles: Brasil, Indonésia, México, Noruega, Filipinas, África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos. Para que os países façam parte dessa parceria é preciso que concordem com a Declaração de Governo Aberto e que se comprometam em lançar quatro planos de ação e que a construção desses planos conte com a participação pública. Os planos de ação devem ser criados de forma que incentive o governo a ser mais inclusivo, responsável, transparente e que utilize das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), como também propagar os ideais do governo aberto entre a população.

Tendo em vista os princípios da parceria para o governo aberto e a declaração assinada pelo governo brasileiro, será que os compromissos estão realmente sendo cumpridos de acordo com os planos de ação do governo e que os princípios da iniciativa estão sendo postos em prática em todo território nacional? E os municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada estão se adequando bem a esse novo tipo de governo e aos planos de ação?

Com isso, o seguinte estudo é baseado nesse contexto, tendo em foco os municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada, ambos situados no Sertão do Pajeú, Estado de Pernambuco. O objetivo dessa pesquisa é fazer uma análise comparativa entre esses municípios a partir dos conceitos de governo aberto e participação pública, tendo em vista uma breve análise acerca dos planos de ação e como eles estão sendo colocados em prática nesses municípios.

Além da introdução, este artigo está dividido em quatro seções. Na primeira está o referencial teórico, no qual apresenta os conceitos de governo aberto, desenvolvimento local e o papel da globalização no desenvolvimento. A segunda seção contém os aspectos metodológicos, apresentando os meios utilizados para realizar esta pesquisa. A terceira seção conta com os resultados dos dados encontrados e discussões acerca deles. A quarta seção traz as conclusões e considerações finais.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está dividido em seis subseções. A primeira compara os pensamentos de alguns autores a respeito do tema desenvolvimento e desenvolvimento local. A segunda aborda a participação cidadão em períodos eleitorais. A terceira mostra como a globalização influencia na criação de políticas públicas em uma nação. A quarta faz a ligação entre política pública e

governo aberto. A quinta apresenta o funcionamento da agenda nacional de governo aberto e mostra como o governo brasileiro está implementando os planos de ações exigidos pela OGP. A sexta exhibe quais as ferramentas utilizadas pelo governo para apresentar os dados abertos e quais plataformas o cidadão pode utilizar para fazer suas consultas e participar da gestão governamental.

1.1 Desenvolvimento local

As políticas públicas estão relacionadas com o processo de globalização uma vez que elas promovem o desenvolvimento local. Esse desenvolvimento possibilita melhoria nas condições de vida, maiores níveis de educação, saúde, segurança, entre outros. É por meio do desenvolvimento do conjunto desses fatores que um município passa a crescer economicamente. Oliveira conceitua o desenvolvimento local como a:

[...] capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar de “governo local” e ela aparece como um resgate da ágora grega, posto que a forma democrática representativa é insuficiente para dar conta da profunda separação entre governantes e governados na escala moderna. (2001, p.14)

O que Oliveira retrata é que, no cenário atual, um governo que se dá apenas por representantes políticos, mesmo que esses tenham sido escolhidos pela população, ele se mostra incapaz de sozinho suprir a demanda de canto a canto de um país, se tornando necessário a adoção da participação pública dentro da democracia representativa.

Desse modo, a participação pública pode ser caracterizada como uma descentralização do poder, onde o governo passa a contar com o exercício do poder da sociedade em colaborar para o desenvolvimento em locais que o governo por si só jamais conseguiria. Esse exercício pode se dar de várias formas, como por exemplo, através do monitoramento de programas governamentais, participação nos planejamentos de políticas, na gestão governamental.

No estudo da ciência econômica é sempre destacado a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, onde o crescimento está associado a capacidade produtiva e o desenvolvimento está associado a qualidade de vida. Sendo assim, o crescimento e o desenvolvimento são dois aspectos que nem sempre andam juntos, pois um local pode alcançar um certo nível de crescimento econômico, mas pode ter um baixo índice de desenvolvimento. Isso acontece porque as políticas usadas para obter esse crescimento foram concentradas, objetivando apenas parte da população.

O pensamento de Sen (1999), retrata o desenvolvimento como liberdade e afirma que a mesma está baseada na inclusão social. Ela está associada a liberdade básica para sobreviver, o que engloba o acesso ao saneamento básico, água tratada, serviços de saúde e educação. Sen (1999, p. 32) ainda considera “as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos”, no qual os indivíduos possuem a capacidade de alcançar um nível de vida melhor. Essa capacidade refere-se ao uso das capacidades participativas da sociedade, ou seja, a sociedade pode se utilizar dos meios participativos para tentar conseguir um nível melhor de vida. Dessa forma, as políticas públicas podem ser moldadas a partir da participação pública.

De acordo com Somekh (2010), o baixo nível de desenvolvimento do Brasil está caracterizado pela concentração da população nos grandes centros urbanos, que conseqüentemente são os locais com maior nível de crescimento econômico. Para isso, ela afirma que “A busca da homogeneização do espaço nacional e, portanto, da desconcentração é uma das metas do desenvolvimento” (SOMEKH, p. 19), onde para proporcionar o desenvolvimento desses locais é necessário promover a desconcentração territorial dos grandes centros urbanos.

Pires (2010) afirma também que para que haja a promoção do desenvolvimento local é necessário também ocorrer a descentralização do poder político. Com isso, cabe ao Estado prover meios aos governantes locais, como também incentivar a sociedade a fazer parte da democracia participativa. Fazer com que a sociedade se torne mais participativa pode ser uma tarefa que exija esforço e paciência por parte do poder público. Portanto, para isso, o autor enumera algumas características necessárias que devem existir no momento em que se definem as ações, instrumentos ou programas de desenvolvimento local, para que possam facilitar o envolvimento da sociedade na participação pública.

Entre essas características estão a demonstrabilidade, a efetividade e a incrementação. A primeira refere-se ao “fazer ver”, ou seja, demonstrar a sociedade quais serão os benefícios das ações e como sua participação tem efeito nesses benefícios. A segunda relaciona-se ao “fazer sentir”, deixando as demonstrações e passando a ter noção prática do real efeito da ação tomada. A terceira característica compete ao “fazer crescer”, criando uma alusão as características anteriores, onde a sociedade passa a ter uma ideia de como sua participação é importante para a conquista do desenvolvimento e com sorte resultar num interesse em fazer parte dessas decisões.

Portanto, há chances de que essas características possam realmente fazer com que a população se disponha a ajudar o poder público na criação e implementação de ações. Porém,

Pires (2010), afirma que para que isso ocorra é preciso que não só o poder público tome a frente desses incentivos, mas também que a população esteja disposta a sair da sua zona de conforto.

1.2 Participação cidadã

O século XXI está marcado pela nova era da comunicação, graças popularização da internet e dos aparelhos eletrônicos que ajudou a fornecer novos meios de comunicações. É importante destacar o seu grande alcance, visto que a grande maioria da população mundial tem acesso a essas novas tecnologias. Com o aumento do uso das novas tecnologias, agora é possível associar a participação cidadã com esses novos meios de comunicação.

Entre esses novos meios de comunicação está o WhatsApp, Facebook e Twitter. Eles são utilizados para tentar fornecer uma comunicação mais rápida e eficaz. Porém, da mesma forma que a utilização dessas novas plataformas podem ser benéficas no cenário atual, elas também trazem um lado negativo, que é a propagação de notícias falsas, que podem ser rapidamente espalhadas e tomar grandes proporções. Apesar dessas redes proporcionarem a comunicação mais fácil e direta entre a gestão pública e a sociedade, é preciso ter cautela no seu uso e ser eficiente ao combater a propagação de notícias falsas.

Apesar do tema participação pública e o constante lembrete de que a população não só pode como deve exercer os seus direitos sejam frequentemente indicados pelas ações do Governo, é essencial observar o histórico cultural do país. Tem-se um cenário onde parte da população acredita que a participação e o exercício de direito só se dão apenas pelo seu voto nas eleições.

Segundo dados divulgados pelo Senado³, no período eleitoral houve um crescimento no acesso ao portal e-Cidadania. O foco dos acessos foi maior nas propostas de leis que estavam sendo debatidas pelos candidatos à presidência do Brasil em 2018, um dos projetos chegou a receber 200 mil votos em apenas 24h. O coordenador de Apoio ao Programa e-Cidadania revelou que o portal e-Cidadania possui um tráfego de 200 a 300 pessoas online por minuto, e no período eleitoral esse número aumentou para 12 mil acessos por minuto. O portal e-Cidadania é muito importante para a participação pública e deve ser usado pela população com mais frequência, pois lá o cidadão tem a oportunidade de sugerir a criação de leis, opinar e votar em projetos de leis que foram propostos, bem como participar de debates.

³ Reportagem realizada em 2018 pelo Senado, para identificar a quantidade de acessos ao portal e-cidadania dentro e fora do período eleitoral.

Além do e-Cidadania, o cidadão pode exercer seus direitos através de outros portais que serão comentados mais adiante ou através de ouvidorias físicas disponibilizadas pelas prefeituras, como também a participação pode se dar através de associações não governamentais.

1.3 Globalização aliada a políticas públicas

A globalização está associada ao capitalismo, aos novos meios de comunicação, a união de povos e a aproximação de culturas. Levando em consideração outro ponto de vista sobre a globalização, Coelho (2010, p, 338) diz que “A transição de uma sociedade industrial capitalista para o capitalismo de uma sociedade do conhecimento estabelece novos padrões de desigualdades e de exclusão, presentes no campo da informação, do conhecimento e da comunicação”. O autor destaca o outro lado da globalização, esse lado que traz a desigualdade e a exclusão social. Ele ainda afirma que vivemos em uma “Nova sociedade do conhecimento”. Essa nova sociedade traz consigo a exclusão social, onde parte da sociedade não possui acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), aos níveis básicos de saúde e educação, má distribuição de renda, dificultam o processo de desenvolvimento local.

As políticas públicas podem ser aplicadas em um âmbito nacional, federal ou municipal, ou seja, cabe ao Estado com o seu representante governamental administrar essas políticas em seu território. Quando tratamos da globalização, não há um “Estado mundial”, ou seja, um Estado que pode executar uma política de cunho global, justamente por conta das particularidades políticas que cada país possui. Porém, na ausência desse “Estado mundial”, o que se tem é uma governabilidade global, que é formado por instituições e organizações que estabelecem algumas normas, recomendações e regulamentos na criação de determinadas políticas. Entre essas organizações estão a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras (DIAS; MATOS, 2012).

Organizações como a ONU, OMS e OMC servem para organizar tratados, normas e recomendações entre vários países, garantindo que todos os países que façam parte dessas organizações possam unificar algumas políticas ou seguir recomendações de forma que beneficiem a todos os envolvidos. Como por exemplo, as recomendações que a ONU

juntamente com a OMS fizeram a respeito do vírus H1N1⁴, que estava tomando proporções preocupantes, vindo a se tornar uma pandemia no ano de 2009, o que levou a essas organizações a intervirem de forma indireta no combate a propagação desse vírus, que estava afetando a saúde da população global, levando assim, a união dos líderes globais a se reunir com essas organizações para procurar a melhor solução para esse problema.

Qualquer perturbação que venha a ser de ordem global, seja ele na área da saúde, comércio ou direitos humanos, essas organizações podem sugerir meios de contornar possíveis crises. Por esse motivo suas recomendações e normas dificilmente são ignoradas, pois elas contam com um time de estudiosos, pesquisadores e líderes governamentais de vários países, promovendo encontros para que sejam debatidos temas de interesse global, a fim de haver um consenso no processo de criação ou adoção de políticas, normas e recomendações. A adesão dos países a essas normas são aspectos que unem e dão credibilidade a todos que as utilizam.

Essa governabilidade global acaba fragilizando o papel do Estado na criação de suas políticas, isso porque a globalização permitiu a criação de alguns segmentos como as estruturas transacionais, que são os blocos econômicos⁵ que são formados por mais de um país, que não são subordinados a um Estado em específico. Assim, esses blocos têm o poder de chegar a um acordo onde podem criar políticas sem precisar responder a um determinado Estado. Além disso, nota-se que o Estado por si só não consegue suportar a demanda da sociedade, podendo vir a falhar na criação e execução de algumas políticas. Essas falhas mostram que o Estado não só consegue suportar a demanda da sociedade como também deve trabalhar junto com ela na elaboração das suas políticas, logo, ele não pode e não deve atuar sozinho.

Com isso, redefine-se as novas funções do Estado nesse novo ambiente, evidenciando-se assim, que ele será mais eficiente na administração das suas políticas ao compartilhar o seu poder com setores específicos que possuem mais conhecimento para a criação de determinadas políticas. Entre esses setores estão as estatais, organizações, ONGs e o setor privado.

Essa divisão de poderes do Estado nas esferas do Governo traz uma nova visão para o desenvolvimento de uma nação. Isso se dá porque enquanto a União se concentra em políticas majoritariamente macroeconômicas, ou seja, políticas mais abrangentes que terão efeito em todo o país, como as políticas fiscais e monetárias. Os estados e municípios estarão mais voltados para políticas de crescimento e desenvolvimento local, como políticas voltadas para o

⁴ Conhecida como gripe suína, causada por uma mutação do vírus da gripe que afetou grande parte da população mundial entre 2009 e 2010.

⁵ São alguns desses blocos a União Europeia, Mercosul e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

turismo, cultura e principalmente a captação de investimento para intensificar o comércio local que incentiva a economia do município ou do estado, levando mais visibilidade para os mesmos.

De acordo com o Art. 18 da Constituição Federal de 1988 “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”. Essa autonomia de poderes administrativos, financeiros e políticos dada aos estados e aos municípios garantem aos mesmos a responsabilidade para o seu desenvolvimento. Um lado positivo ainda a ser considerado a partir dessa divisão de poderes, é que o governo local pode passar a incluir a população nesse processo de desenvolvimento, criando assim uma nova forma de governar, que é conhecida por Governo Aberto.

Essa vantagem se dá porque o território é mais limitado, se for comparar um município com um país, por exemplo, então essa proximidade da população com o governo pode se dar de forma mais acessível, fazendo com que a população local leve a sua visão para o governo e colabore para a formação de políticas mais efetivas.

Ao falar da necessidade de dar autonomia para os governos estaduais e municipais, é preciso também difundir o modelo de Governo Aberto entre os municípios. Pois a medida em que os municípios começam a inserir esse novo modelo nas suas gestões, eles irão possuir uma maior capacidade de se desenvolver sem precisar de medidas que venham do Governo Federal, podendo promover um desenvolvimento de forma mais rápida e que depende apenas do incentivo do Governo e da população local.

1.4 Política Pública e Governo Aberto

É partir desse contexto entre globalização e o desenvolvimento de um local a partir da colaboração da sociedade que entra o Governo Aberto. O Governo Aberto se trata de uma nova forma de se fazer políticas mais eficientes que acontece a partir de uma ligação mais direta e fluída entre sociedade e Governo.

A globalização e a nova sociedade do conhecimento ajudaram a propagar a ideia do Governo Aberto, que vem sendo adotado por vários países afim de melhorar a comunicação entre sociedade e Governo para propagar o desenvolvimento. Nesse cenário surge a Open Government Partnership⁶ que é uma iniciativa internacional que foi lançada em 2011 com o

⁶ Parceria para Governo Aberto

propósito de difundir e incentivar a participação social, o acesso à informação pública e a transparência. Atualmente setenta e cinco países participam dessa parceria. Entre eles estão África do Sul, Brasil, Canadá, Chile, Estados Unidos, México, Panamá, Sérvia e Uruguai.

A agenda do Governo Aberto consiste na utilização de quatro princípios, são eles: a transparência, a prestação de contas e responsabilização (Accountability), a participação cidadã e a tecnologia e inovação. Seus objetivos são incentivar a participação social, fornecer meios para que qualquer pessoa tenha acesso aos dados do governo, sejam gastos ou informações, de forma que atenda a linguagem cidadã, ou seja, não é só fornecer esses dados, mas também fornecê-los de forma que qualquer pessoa possa compreendê-los de forma clara, e também viabilizar plataformas que compreendem a TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) para que a sociedade possa colaborar e acompanhar a formação de políticas de forma ativa, como também dar ao direito de fazer reclamações e até mesmo monitorar e avaliar as políticas públicas. Dessa forma, tem-se o Governo Aberto como uma nova forma de governar em conjunto com a sociedade.

Segundo Calderón e Lorenzo (2010, p. 11), a prática do Governo Aberto se dá através do contato entre o Governo e os cidadãos, sendo conduzido por meio do princípio da participação cidadã e ainda afirma que o Governo Aberto não é uma prática recente, mas que tem ganhado mais força de acordo com o avanço tecnológico, proporcionando tanto a sociedade quanto ao Governo uma nova forma de se comunicarem. Álvaro Ramírez-Alujas (2012, p. 2) compactua com a afirmação de Calderón e Lorenzo ao reconhecer a tecnologia como um papel crucial para o avanço da prática do Governo Aberto, onde a internet possui uma função necessária por dispor de uma infraestrutura leve que facilita a disseminação de informações, conhecimento, transparência, interação e colaboração.

Nota-se nos últimos anos que uma parte significativa da sociedade vem se engajando mais nos assuntos políticos, seja expressando suas opiniões ou agindo em prol de alguma causa, com isso aumentando a sua participação e incentivando o restante da sociedade a fazer o mesmo. Esse aumento da participação da sociedade coloca o Governo em uma posição que precisa abrir mão dos modelos mais tradicionais de se fazer política, e vê a necessidade de se adequar a esse novo momento.

O Art. 37 da Constituição Federal de 1988 garante que “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”. Dessa forma, os órgãos

públicos além de divulgar as informações relacionadas a administração pública, devem fazer isso de forma que seja acessível e didática.

Dentro dessa nova conjuntura o Governo tem se adaptado gradativamente a essa nova forma de se fazer política, para isso já existe Leis como a Lei da Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso à informação e plataformas como o Portal da Transparência que marcam a inserção do Governo nesse novo modelo focando nos princípios do Governo Aberto da transparência e na Accountability. A implementação dessas Leis surge como uma forma do Governo começar a incentivar todos os estados do Brasil e começar a inserir o modelo de Governo Aberto na sua gestão.

1.5 Agenda Nacional de Governo Aberto

Os países que fazem parte da Open Government Partnership (OGP), devem seguir os princípios do Governo Aberto e apresentar Planos de Ações Nacionais. A agenda nacional de Governo Aberto surge a partir desses Planos de Ações onde o Governo deve detalhar suas iniciativas para com a participação social, transparência e inovação tecnológica. O Governo Federal do Brasil já implementou três Planos de Ações e no mês de abril de 2018 foi iniciado a primeira etapa da construção do quarto Plano de Ação. Nessa primeira etapa do quarto Plano de Ação foi disponibilizado um formulário para que a sociedade apresentasse propostas para a sua construção.

O primeiro Plano de Ação foi implementando ainda em 2011, onde foram firmados 32 compromissos e apenas dois deles não foram cumpridos. Entre esses compromissos implementados estão o Portal Brasileiro de Dados Abertos, Portal guia de serviços públicos, Plano de capacitação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). O segundo Plano de Ação entrou em vigência em maio de 2013, no qual foram firmados 52 compromissos, onde apenas 36 foram integralmente implementados. Entre esses 36 compromissos estão o Portal Brasileiro de Participação Social, Dados Abertos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania, Sistema eletrônico para consultas públicas e o Programa Brasil Transparente. O terceiro Plano de Ação tem apenas 16 compromissos desenvolvidos, mas a sua construção contou com a ajuda de 105 pessoas, sendo 57 representantes da sociedade civil e do setor privado e 48 governantes das esferas federal, estadual e municipal. Alguns desses compromissos foram firmados para “ampliar mecanismos para garantir mais celeridade e qualidade das respostas às solicitações de informação e divulgação adequada do rol de

documentos classificados”, “Proteger a identidade de solicitantes, em casos justificáveis, por meio de ajustes nos procedimentos e canais de solicitação” e “Integrar ferramentas online em uma plataforma única para consolidar e fortalecer o Sistema de Participação Social”.

1.6 Dados abertos e Participação e engajamento cidadã

De acordo com os compromissos dos Planos de Ações do Governo Brasileiro, nota-se atualmente que há diversos portais que incentivam a população a participar direta e ativamente no processo de criação de políticas. O principal portal criado pelo Governo para esse fim é o Portal Brasileiro de Participação Social, que funciona a partir de um cadastro que deve ser feito pelo usuário, que dará ao mesmo a permissão para participar de debates com outros usuários, fazer solicitações, etc. O alcance do Participa ainda é muito baixo, o próprio site informa que a quantidade de usuários é de apenas 4.363 pessoas. Além desse portal, existe também as ouvidorias que foram colocadas à disposição nos sites das prefeituras para que a população possa procurar a gestão da sua cidade usando apenas a internet.

Além desses meios, o Governo brasileiro disponibiliza através de um relatório do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) um ranking de avaliação de estados e municípios que estão cumprindo os critérios de acordo com a Lei de Acesso a Informação. Existe ainda instituições como o Transparência Brasil criadas pela população para divulgar os dados abertos do Governo e que também permitem a população a fazer a fiscalização e o monitoramento do andamento de obras através de projetos como o “Tá de Pé?”⁷ e o “Obra transparente”⁸, ainda há organizações como a Open Knowledge Brasil e o Deepask que tem por objetivo centralizar todos os dados que são divulgados, como também notícias e todas as informações pertinentes para o projeto do Governo Aberto. Há também o projeto Gestão Cidadã, que é um projeto realizado pela Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE) que tem o objetivo de disseminar o conhecimento sobre a importância da participação social na gestão pública.

Quanto a disponibilização de dados abertos pelo Governo, foram criadas plataformas como o Painel de Monitoramento de Dados Abertos onde é possível ter uma visão geral de quais órgãos brasileiros estão obedecendo a política de dados abertos. Esse portal também

⁷ Projeto realizado pelo Transparência Brasil onde a população pode fiscalizar e cobrar a entrega de obras como creches e escolas que são financiadas pelo Governo Federal.

⁸ Outro projeto realizado pelo Transparência Brasil para ajudar monitorar as licitações, contratos e obras de escolas.

mostra dados mensais de quantos órgãos divulgaram sua base dados, quantos ainda não divulgaram e quantas passaram do prazo para divulgar os seus dados. O Governo ainda disponibiliza um site para consultas públicas que compila as bases dos órgãos públicos que estão disponíveis para consulta.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A escolha do tema para o presente estudo foi feita com base na conjuntura atual, onde se observa o aumento do interesse público em cobrar maior transparência do Governo. Esse estudo tem como objetivo fazer uma análise comparativa acerca dos conceitos de governo aberto, participação pública e como a implantação dos planos de ação estão influenciando a gestão nos municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada. Esses municípios foram escolhidos para esta análise devido a diferença das suas notas na EBT.

Para isso foi analisado através do ranking da EBT como as gestões dos municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada estão pondo em prática os critérios exigidos pelos planos de ação que já foram lançados, como também se os canais de transparência e ouvidorias estão realmente cumprindo as suas funções. Ainda foram feitas pesquisas nos canais eletrônicos de informação e transparência nos sites dos municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada estão se portando perante as essas novas mudanças.

O Quadro 1 possui uma relação das fontes, sites e portais que foram utilizados para esta pesquisa, mostrando para que eles foram utilizados e datando quando foram acessados.

Quadro 1 – Relação das fontes, plataformas e sites utilizados

Fontes/Instituições	Dados coletados	Site	Acesso
Casa Branca - EUA	Memorando publicado pela Casa Branca	https://bit.ly/2yXfn5E	15 ago. 2018
Open Government Partnership	Coleta de informações sobre a iniciativa e seus membros	https://bit.ly/2rsH4w3	15 ago. 2018
Senado	Dados obtidos para comparação da participação pública em períodos eleitorais	https://bit.ly/2DitvIh	20 dez. 2018
e-Cidadania	Avaliar como pode se dar as formas de participação cidadão nessa plataformas	https://bit.ly/2wvE7hM	20 dez. 2018

Continuação Quadro 1

Constituição Federal 1988	Consulta do Art. 18 e Art. 37 para certificar a autonomia dos estados e municípios e a transparência administrativa.	https://bit.ly/1bIJ9XW	15 jan. 2019
Governo Aberto	Consulta para entender como funciona o Governo Aberto, bem como os seus princípios, e como os planos de ação foram colocados em prática.	https://bit.ly/2vpuW2r	27 maio 2018
Governo Aberto	Tomar conhecimento de quais países integram atualmente a OGP e quem são os representantes dessa iniciativa.	https://bit.ly/1PFWq4f	04 jul. 2018
Lei da Responsabilidade Fiscal	Consulta para entender como funciona a Lei da Responsabilidade Fiscal	https://bit.ly/2M4JPhN	28 jul. 2018
Lei de Acesso a Informação	Consulta realizada para compreender o direito do cidadão de ter acesso a informações públicas dos órgãos e entidades.	https://bit.ly/1eKDwFY	28 jul. 2018
Portal da Transparência	Consulta realizada para averiguar como o governo tem disponibilizado dados. Seja receitas e despesas, políticas realizadas, informações e dados sobre órgãos públicos, etc.	https://bit.ly/18P1bKv	28 jul. 2018
Portal Brasileiro de Dados Abertos	Consulta realizada para verificar se os compromissos prometidos no primeiro plano de ação realmente foram cumpridos e entender como o portal funciona.	https://bit.ly/1jazWcQ	03 ago. 2018
Portal guia de serviços públicos	Consulta realizada para verificar se os compromissos prometidos no primeiro plano de ação realmente foram cumpridos e entender como o portal funciona.	https://bit.ly/2RBO37q	03 ago. 2018
Plano de capacitação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA)	Consulta realizada para verificar se os compromissos prometidos no primeiro plano de ação realmente foram cumpridos e entender como o plano funciona.	https://bit.ly/2W2uoMf	03 ago. 2018
Portal Brasileiro de Participação Social	Esse portal faz parte do conjunto de implementações do segundo plano de ação do governo e é uma plataforma voltada para a participação social através de discussões temáticas. É necessário apenas que o usuário se cadastre para participar dos debates.	https://bit.ly/1iHnuDF	03 ago. 2018
Programa Brasil Transparente	Consulta realizada para analisar o objetivo do programa.	https://bit.ly/2KyhoZD	03 de agosto de 2018
Controladoria-Geral da União	Verificar as ferramentas utilizadas pelo portal da Controladoria-Geral da União para ter controle da transparência. No portal também é possível encontrar os resultados das avaliações da Escala Brasil Transparente.	https://bit.ly/1rqmveE	03 ago. 2018

Continuação Quadro 1

Controladoria-Geral da União	Consultar os dados do ranking estadual e municipal da Escala Brasil Transparente, de acordo com o cumprimento dos critérios exigidos.	https://bit.ly/1dMkXcj	05 ago. 2018
Transparência Brasil	O Transparência Brasil é uma ONG criada com o propósito de oferecer instrumentos para que a população possa monitorar as instituições públicas e obras como escolas e creches.	https://bit.ly/2wPXAaTQ	08 ago. 2018
Open Knowledge Brasil	A Open Knowledge Brasil é uma Organização da Sociedade Civil que não possui fins lucrativos e tem o objetivo de tornar a relação entre o governo e a sociedade mais acessível e transparente.	https://bit.ly/2W36vUT	08 ago. 2018
Deepask	É um site comandado por um time de engenheiros que tem por objetivo centralizar dados sobre o governo e notícias pertinentes ao Governo Aberto.	https://bit.ly/2SWsevH	08 ago. 2018
Gestão Cidadã	Projeto de transparência e participação social com iniciativa da Associação Municipalista de Pernambuco (AMUPE), tem o objetivo de disseminar o conhecimento sobre o governo aberto e seus planos de ações.	https://bit.ly/2DhREyQ	08ago. 2018
Painel de Monitoramento de Dados Abertos	Nessa plataforma é possível ter uma visão geral das instituições que estão cumprindo com a política de dados abertos, bem como acompanhar se as ouvidorias estão desempenhando o seu papel corretamente.	https://bit.ly/2kXewLD	10 ago. 2018
Consultas Públicas	É um site do governo que compila todas as plataformas disponíveis para se fazer consultas das agências reguladoras, dos ministérios, dos conselhos, fundações e autarquias e empresas públicas.	https://bit.ly/2TX0fw1	10 ago. 2018
Prefeitura de Afogados da Ingazeira	Site utilizado para realizar consultas como a acessibilidade, regulamentação da Lei de Acesso a Informação, dados no portal da transparência do município e ouvidoria.	https://bit.ly/2FA2m5P	13 ago. 2018
Prefeitura de Serra Talhada	Site utilizado para realizar consultas como a acessibilidade, regulamentação da Lei de Acesso a Informação, dados no portal da transparência do município e ouvidoria.	https://bit.ly/2T1CzGO	13 ago. 2018

Fonte: Elaboração própria (2019)

As fontes que mais contribuíram para esta pesquisa foram o site da Controladoria-Geral da União, pois foi possível obter acesso ao ranking e as três avaliações do Escala Brasil Transparente, como também o site do Governo Aberto, pois lá foi possível entender como funciona essa iniciativa, bem como permitiu o acesso aos planos de ações que já foram lançados pelo governo e os sites das prefeituras das cidades de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada,

que permitiu fazer comparações e entender melhor o porquê da diferença das notas dos municípios no EBT. A consulta online da Constituição Federal também foi muito importante, pois permitiu obter um maior conhecimento sobre as leis de acesso a informação e da responsabilidade fiscal.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Transparência e Controladoria-Geral da União divulga por meio da sua plataforma digital a Escala Brasil Transparente, onde os estados e municípios são ranqueados de acordo com o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI). A metodologia utilizada para compor esse ranking é analisada através de 12 quesitos, onde 6 deles abrangem a regulamentação do acesso à informação e os outros 6 estão relacionados a existência e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). A nota é dada por meio de média ponderada, na qual a regulamentação da LAI tem o peso de 25% e a transparência passiva com o peso de 70%, compondo assim a nota que vai de 0 a 10.

O Escala Brasil Transparente está na sua terceira edição. A primeira edição realizada no primeiro semestre de 2015, contou com uma amostragem de apenas 519 entes federativos, sendo 465 municípios com até 50 mil habitantes, em todas as capitais e todos os estados do país. Nessa edição, as cidades de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada não fizeram parte da amostragem. A segunda edição foi realizada no segundo semestre do mesmo ano, contando com uma amostragem maior, aumentando a quantidade de municípios para 1.560. Nessa edição, foi incluído a análise do município de Serra Talhada. A terceira e mais recente edição, foi feita entre o segundo semestre de 2016 e o mês de janeiro de 2017 e contou com o aumento de municípios analisados, passando para 2.301 entes federativos.

De acordo com o IBGE (2010)⁹, o Brasil possui 5.570 municípios, porém na última avaliação realizada pelo Escala Brasil Transparente, apenas 2.328 municípios fizeram parte dessa avaliação. Ao analisar o ranking de todos os 2.328 municípios, é possível perceber no gráfico “Relação entre os municípios do país e suas notas” que quase 500 municípios possuem a nota entre 0 e 0,99, é possível perceber também que um pouco mais de 700 municípios possuem a nota entre 1 e 2,99. E que apenas quase 200 municípios possuem nota entre 7 e 8,99

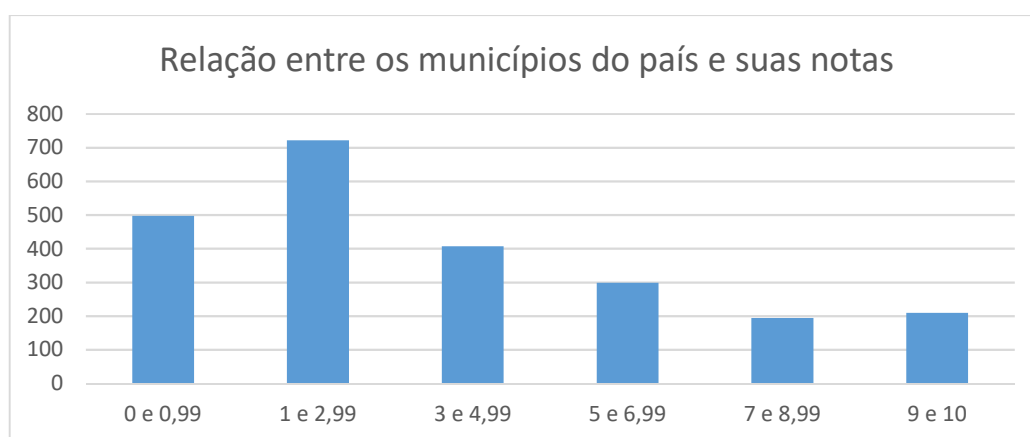
⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>

e um pouco mais que 100 municípios possuem um ótimo desempenho, obtendo a nota entre 9 e 10. Essa avaliação foi realizada entre o segundo semestre de 2016 e janeiro de 2017.

O que se percebe é que embora essa avaliação tenha sido feita com um pouco menos da metade de municípios do Brasil, esse resultado é preocupante, pois o Brasil é um dos países fundadores da OGP e quanto essa avaliação foi feita o terceiro plano de ação já estava em execução. Então o resultado dessa avaliação mostra que os planos de ação não estão obtendo o efeito esperado.

Agora analisando os dados da Figura 1 “Relação entre os municípios do país e suas notas” percebe-se a maioria dos municípios que fizeram parte dessa avaliação obtiveram notas abaixo de 3, ou seja, não foram cumpridos nem a metade dos critérios exigidos na avaliação. E que dos 2.338 municípios de todo o país, apenas 209 conseguiram alcançar as notas mais expressivas.

Figura 1 – Relação entre os municípios do país e suas notas

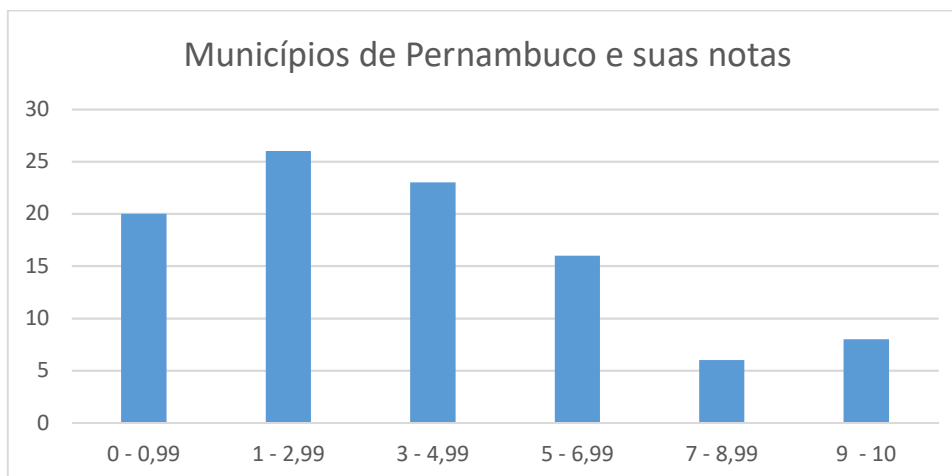


Fonte: Adaptado do CGU¹⁰ (2018)

Ainda fazendo uma breve análise com base no ranking do EBT, mas agora entre os municípios de Pernambuco é possível perceber na Figura 2 “Municípios de Pernambuco e suas notas” que dos 99 municípios que foram analisados, dos nove municípios que tiraram notas entre 9 e 10, apenas três alcançaram a nota máxima, são eles: Recife, São Vicente Ferrer e Serra Talhada. Já o município de Afogados da Ingazeira tirou a nota 5,55, ficando entre o grupo de municípios com a nota entre 5 e 6,99. Ainda analisando todos os municípios, percebe-se que 20 deles obtiveram a nota zero, ou seja, eles não cumpriram nem um critério exigido para essa análise.

¹⁰ Disponível: https://relatorios.cgu.gov.br/Visualizador.aspx?id_relatorio=23. Acesso em: 20 nov. 2018.

Figura 2 – Municípios de Pernambuco e suas notas



Fonte: Adaptado do CGU (2018)

No Quadro 2 “Ranking nacional e notas dos municípios de Pernambuco na EBT” é possível observar a posição em escala nacional de alguns municípios de Pernambuco e suas respectivas notas na Escala Brasil Transparente, entre eles estão a capital do estado Recife, bem como os municípios que fazem parte desta análise, Afogados da Ingazeira e Serra Talhada e outros municípios como Triunfo, Tabira, Calumbi, Arcoverde, Salgueiro, Igaraci, Flores, Abreu e Lima e Vitória de Santo Antão.

Quadro 2 - Ranking nacional e notas dos municípios de Pernambuco na EBT

Posição	Município	Nota
1º	Recife	10
	São Vicente Ferrer	10
	Serra Talhada	10
198º	Triunfo	9,02
433º	Tabira	6,66
569º	Calumbi	5,69
585º	Afogados da Ingazeira	5,55
809º	Arcoverde	4,02
828º	Salgueiro	3,88
1110º	Igaraci	2,91
1118º	Flores	2,77
1848º	Abreu e Lima	0
	Ibimirim	0
	Nazaré da Mata	0
	Vitória de Santo Antão	0

Fonte: Adaptado do CGU (2018)

Fazendo uma observação mais detalhada com os critérios utilizados para a avaliação dos municípios, tem como base os municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada. O município de Afogados só participou da análise da terceira edição, tirou a nota 5,55. A avaliação foi feita entre 03/08/2016 e 10/01/2017. Já o município de Serra Talhada, que participou das duas edições, tirou a nota 10 nas duas avaliações. Segue abaixo o Quadro 2 - Critérios utilizados para a avaliação do Escala Brasil Transparente, que mostra e compara os critérios utilizados na análise para os dois municípios.

Quadro 2 - Critérios utilizados para a avaliação do Escala Brasil Transparente

Nº	Critérios	Afogados da Ingazeira	Serra Talhada
1	Foi localizada a regulamentação da LAI pelo Poder Executivo?	Sim	Sim
2	Na regulamentação, existe a previsão para autoridades classificarem informações quanto ao grau de sigilo?	Sim	Sim
3	Na regulamentação existe a previsão de responsabilização do servidor em caso de negativa de informação?	Não	Sim
4	Na regulamentação existe a previsão de pelo menos uma instância recursal?	Sim	Sim
5	Foi localizada no site a indicação quanto à existência de um SIC Físico (atendimento presencial)?	Parcialmente	Sim
6	Foi localizada alternativa de enviar pedidos de forma eletrônica ao SIC?	Sim	Sim
7	Para a realização dos pedidos de informação, são exigidos apenas dados que não impossibilitem ou dificultem o acesso?	Sim	Sim
8	Foi localizado no site a possibilidade de acompanhamento dos pedidos realizados?	Não	Sim
9	Os pedidos enviados foram respondidos no prazo?	Parcialmente	Sim
10	Os pedidos de acesso à informação foram respondidos em conformidade com o que foi solicitado?	Parcialmente	Sim
Nota		5,55	10

Fonte: Adaptado do CGU (2018)

Comparando os critérios atendidos no ranking da Escala Brasil Transparente entre os municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada, percebe-se que o terceiro critério não é atendido pelo município de Afogados, para que o município atenda a esse critério basta regulamentar a LAI de acordo com o Art. 32 da Lei nº 12.527/11. A sua regulamentação é importante, pois amplia os direitos e pode evitar problemas de ordem política e jurídica.

O quinto critério é atendido de forma parcial no município de Afogados, isso se dá, pois, no período da avaliação o município ainda não contava com uma unidade física do SIC para atendimento presencial. Atualmente, o município conta com o SIC presencial, como também o SIC Telefone, SIC What'sApp e SIC Eletrônico. Apesar de atender a esse critério, é possível notar a diferença no acesso ao SIC Eletrônico dos dois municípios, pois enquanto o de Afogados

apresenta instabilidade, dificultando o seu acesso, o de Serra Talhada apresenta uma plataforma mais estável de forma simples e fluída, como também apresenta um gráfico com estatísticas de pedidos que foram registrados, atendidos e negados desde o ano de 2015.

O oitavo critério, não foi atendido pelo município de Afogados no período de avaliação e atualmente ainda não é possível fazer o acompanhamento dos pedidos realizados. Por outro lado, o município de Serra Talhada atende a este critério, onde o site¹¹ da ouvidoria permite uma visualização das solicitações que foram abertas, bem como exibe o seu status, informando se o pedido foi atendido ou não.

O nono e o décimo critério, no município de Afogados foram atendidos parcialmente. De acordo com a orientação dada pela avaliação, é preciso que o município atente mais aos prazos estipulados para responder as solicitações, bem como buscar orientar o cidadão a fazer as solicitações de forma correta e orientar a área responsável a fornecer informações também de forma correta, como prevista na LAI.

Outra comparação que pode ser feita é através dos sites das prefeituras de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada, pois embora eles possuam os mesmos mecanismos para pesquisa, coleta de dados e informações, é possível perceber que há uma diferença quando se trata a disponibilização de dados.

O primeiro dado a ser analisado é o canal da ouvidoria em ambos os sites. A Figura 1 exibe o canal da ouvidoria no site da prefeitura de Afogados. Nota-se que o cidadão pode entrar em contato com a ouvidoria através do campo designado a mensagem ou pode ir à ouvidoria física da cidade, onde no lado direito do site possui o endereço e os telefones para contato, bem como o horário de funcionamento.

¹¹ <http://www.serratalhada.pe.leg.br/ouvidoria>

Figura 1 – Ouvidoria de Afogados da Ingazeira

Fonte: <http://www.site.afogadosdaingazeira.pe.gov.br/ouvidoria/> Acesso em: 13 ago. 2018.

A Figura 2 exibe o canal eletrônico da ouvidoria da prefeitura de Serra Talhada, através do e-OUV, no qual o município de Afogados ainda não faz parte. No site é possível fazer as manifestações e consultá-las.

Figura 2 – Ouvidoria de Serra Talhada

Fonte: <https://bit.ly/2MeSoHL> Acesso em: 13 ago. 2018.

Outro aspecto importante para ser analisado é o portal de transparência das duas cidades. A Figura 3 apresenta o portal de transparência de Afogados da Ingazeira. O portal é bem amplo e possui os meios para se obter dados que venha interessar ao cidadão, como as despesas e despesas dos órgãos públicos da cidade, o mapa de obras, informações sobre a Lei de Acesso à

Informação, entre outros. Porém é comum o site apresentar instabilidades e as vezes não carrega as informações que deveriam ter fácil acesso.

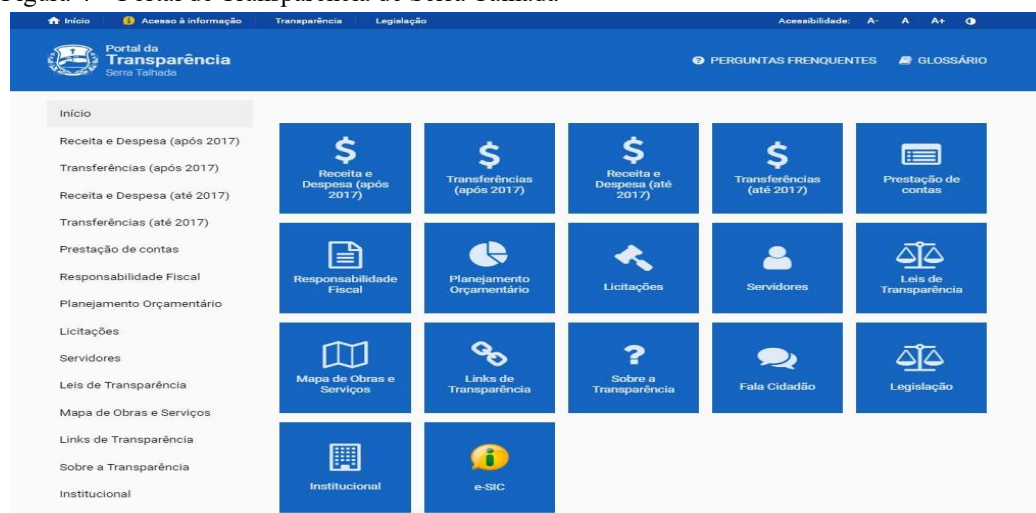
Figura 3 – Portal da Transparência de Afogados da Ingazeira



Fonte: <http://portal.afogadosdaingazeira.pe.gov.br/> Acesso em: 13 ago. 2018.

Para níveis de comparação a Figura 4 apresenta o portal da transparência de Serra Talhada. É possível notar que ambos os sites possuem as ferramentas principais para transparência e prestação de contas, a diferença é que o portal de Serra Talhada ele não possui a instabilidade do de Afogados da Ingazeira e na página que é encaminhada após acessar as receitas e despesas é bem didática e de fácil acesso.

Figura 4 – Portal de Transparência de Serra Talhada



Fonte: <http://www.serratalhada.pe.gov.br/transparencia> Acesso em: 13 ago. 2018.

O e-SIC é o Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão, é onde qualquer pessoa seja física ou jurídica pode solicitar informações. Os sites das prefeituras de Serra Talhada e Afogados da Ingazeira, contam com essa plataforma integrada ao site da prefeitura. A Figura apresenta a página do e-SIC no site de Afogados. Na barra superior do site, possui um manual,

que explica de forma didática ao cidadão de como ele pode solicitar as informações pelo método eletrônico ou presencialmente. Contém também um campo para que o usuário possa fazer o seu cadastro e o login para fazer suas solicitações, bem como acompanhá-las.

Figura 5 – Portal e-SIC Afogados da Ingazeira



Fonte: <http://www.site.afogadosdaingazeira.pe.gov.br/> Acesso em: 13 ago. 2018.

Figura 6 – Estatística do e-SIC, Afogados da Ingazeira, 2018

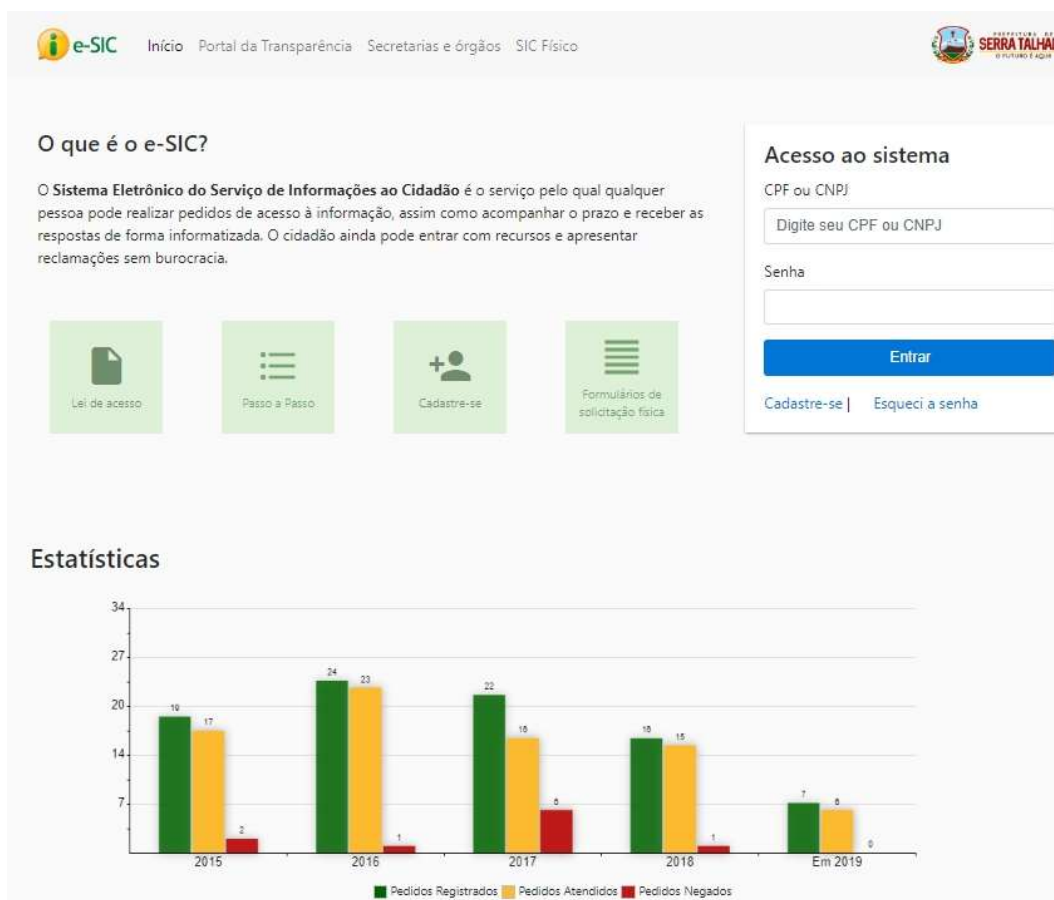


Fonte: <http://leideacesso.afogadosdaingazeira.pe.gov.br/estatistica/> Acesso em: 13 ago. 2018.

Ainda na barra superior do e-SIC tem um campo para as estatísticas do portal, como mostrado na Figura 6 acima. A estatística mostra quantos pedidos foram registrados, quantos foram atendidos e quantos foram negados no ano de 2018, apenas.

A Figura 7, por outro lado, mostra o Portal e-SIC da cidade de Serra Talhada. O portal já mostra todas as informações no primeiro acesso. Assim como o de Afogados, há um campo para se fazer o cadastro e login no sistema, como também a um manual para quem estiver acessando pela primeira vez. As estatísticas são mostradas na página inicial e possui dados desde 2015. Ao analisar as estatísticas percebe-se que quase todos os pedidos registrados são atendidos e há um número pouco expressivo de pedidos negados.

Figura 7 – Estatísticas Portal e-SIC, Serra Talhada, 2015-2019



Fonte: <http://esic.serratalhada.pe.gov.br/index/> Acesso em: 13 ago. 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo comparou os municípios de Afogados da Ingazeira e Serra Talhada através das notas obtidas no Escala Brasil Transparente e também comparando os sites das prefeituras. Como destacado na seção anterior, de acordo com os critérios da EBT o município de Serra Talhada obteve a nota 10 e o município de Afogados obteve a nota 5,5. De certa maneira, ao comparar os sites das prefeituras, é possível compreender o porquê dessa diferença nas notas,

pois todos os critérios que não foram atendidos ou, atendidos parcialmente, são critérios referente a disponibilização de informações no site.

Analisando essa comparação como pesquisadora, verifica-se que é notável que a prefeitura de Serra Talhada se empenha mais em divulgar informações e fazer com que o acesso a estas seja prático e de forma didática, além de apresentar os resultados através dos seus meios de comunicação. Um exemplo são as estatísticas divulgadas no portal e-SIC.

Por outro lado, o site da prefeitura de Afogados da Ingazeira, ainda não se adequou totalmente aos portais disponibilizados pelo governo, para dar a oportunidade da população em fazer parte da gestão pública. O site apresenta instabilidade de acesso, e pode fazer com que o cidadão chegue a desistir de fazer alguma pesquisa. Outro motivo que poderá frustrar o cidadão na hora de decidir se vai solicitar algum dado ou fazer alguma reclamação, é a demora para se obter uma resposta, como também dar a resposta que esteja de acordo com o que foi solicitado.

A conclusão que se tira nesta análise é que a gestão municipal de Afogados da Ingazeira precisa providenciar uma atualização no site para facilitar o acesso as informações e divulgar os resultados das manifestações feitas. Pois, se um cidadão estiver com dúvida se deve ou não fazer uma manifestação e for olhar os dados das solicitações atendidas e, ver que realmente obteve algum resultado, servirá de estímulo a fazer a sua manifestação.

Além disso, é necessário também para ambas as cidades que haja a capacitação dos funcionários para que as informações sejam dadas de forma correta e dentro da lei, bem como a promoção de divulgação, palestras, seminários e materiais informativos a respeito do que é o governo aberto e com ênfase na importância da participação cidadão na gestão pública. É preciso que haja uma atenção especial relacionado a participação pública, para que a sociedade tenha conhecimento de que sua participação possa garantir políticas públicas mais efetivas, ou seja, melhor qualidade nos serviços de saúde, educação, saneamento, entre outros, a fim de que, esses municípios apresentem desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

CALDERÓN, César. LORENZO, Sebastián. **Open Government: Gobierno Abierto**. Algón Editores. 2010.

CGU. **Primeiro Plano de Ação**. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/1o-plano-de-acao-do-brasil>>. Acesso em: 13 set. 2018.

CGU. **Quarto Plano de Ação**. Disponível em: <http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/copy_of_3o-plano-de-acao-brasileiro>. Acesso em: 13 set. 2018.

CGU. **Segundo Plano de Ação**. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/2o-plano-de-acao-brasileiro/2o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 13 set. 2018.

CGU. **Terceiro Plano de Ação**. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/3o-plano-de-acao-brasileiro/2o-plano-de-acao-brasileiro>>. Acesso em: 13 set. 2018.

COELHO, Franklin Dias. Desenvolvimento local e sociedade da informação In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo. 2010. p. 337-365.

DIAS, Reinaldo. MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, Propósitos e Processos**. 1 ed. São Paulo, Atlas. 2012.

OGP. **Open Government Partnership**. Open Government Declaration. 2011. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/open-government-declaration>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer o desenvolvimento local?**. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP. 2001. p. 14.

Período eleitoral aumenta participação de internautas no Portal e-Cidadania. **Senado Notícias**, Brasília, out 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/15/periodo-eleitoral-aumenta-participacao-de-internautas-no-portal-e-cidadania>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PIRES, Luis Henrique. A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo. 2010. p. 105-129.

RAMÍREZ-ALUJAS, Álvaro V. **Gobierno Abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta?**. Mas poder local. Redes sociales y gobernanza. 2012. p. 2.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 32.

SOMEKH, Nadia. Construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 17-40.